

**DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO**

licitacoes@campinas.sp.leg.br /  
compras.camara.campinas@gmail.com  
Ramal: 1590

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
20/2023****Data de Abertura: 17/08/2023 às 13:00h****No sítio:** [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)**CÓDIGO UASG: 926677****Data do Edital:** 26/07/2023**OBJETO**

Contratação de empresa para prestação de serviço de **locação de 01 (uma) empilhadeira** (veículo para movimentação de carga) elétrica patolada operador a pé com uma bateria e um carregador compatíveis com o equipamento inclusos, serviço de manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários para seu funcionamento, por um período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

O Valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 126.701.19 (cento e vinte e seis mil, setecentos e um reais e dezenove centavos)**, para 36 meses de contrato.

A despesa desta licitação onerará os recursos financeiros classificados sob o número **01.031.3001.4004.3.3.90.39.12.01.100.**

O edital será disponibilizado, sem ônus, no portal eletrônico [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br) e poderá ser acessado no [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), a partir das 8h do dia **02/08/2023.**

FUNDAMENTO LEGAL:	CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	REGIME DE EXECUÇÃO:	MODO DE DISPUTA:
Lei Federal 14.133/2021	Menor preço global	Empreitada por preço global	Aberto
LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COTAS PARA ME/EPP/COOP:	EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:	INSTRUMENTO CONTRATUAL	FORMA DE FORNECIMENTO
Não	Não	Termo de Contrato	Não se aplica

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)





## DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /  
compras.camara.campinas@gmail.com  
Ramal: 1590

### Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	7
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	9
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	15
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS) .....	17
8. DOS RECURSOS .....	24
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	25
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	29
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	30

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066



## DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

### EDITAL

#### CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2023

(Processo Administrativo CMC-ADM-2023/00112)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Campinas, por meio do Diretor de Materiais e Patrimônio, sediada na Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta, Campinas-SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação consiste na Contratação de empresa para prestação de **serviço de locação de 01 (uma) empilhadeira** (veículo para movimentação de carga) elétrica patolada operador a pé com uma bateria e um carregador compatíveis com o equipamento inclusos, serviço de manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários para seu funcionamento, por um período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência;

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



CMC/CV202300066

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.6. Não poderão disputar esta licitação:**

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.5.1. **Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.**

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante,

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)





3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo “**Valor Unitário (R\$)**”.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. **Havendo divergência entre especificações constantes deste edital ou de seus anexos em relação às especificações contidas no sistema, prevalecerão às constantes deste edital e seus anexos.**

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente cadastrada no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. **O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL, nesta licitação.**
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Será adotado o **modo de disputa “aberto”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



- 5.12.2.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá** admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5.Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12.6.Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas nas condições do subitem anterior, após concedida a preferência prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.18.2.5. **Havendo empate ficto, ou seja, situação em que a proposta ou lance final de microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço ofertado, aplicar-se-á o critério de desempate previsto no artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.**

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital.**

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro **examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital** e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.5.1. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.1.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.1.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação após tentativa de negociação do pregoeiro;

6.5.1.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.1.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)





## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS)

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, que serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e deverão estar em nome da pessoa jurídica licitante, são os seguintes:

### 7.1.1. Habilitação Jurídica:

7.1.1.1. No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.1.2. Tratando-se de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio: [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);

7.1.1.3. No caso de **sociedade empresária**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.1.4. No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7.1.1.5. No caso de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país**, Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.6. No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.1.1.7. As **Cooperativas de Consumo** deverão encaminhar além de seu ato constitutivo, a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) referente ao último exercício social exigível, assinado por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis devidamente habilitado, constando nome completo e registro profissional, nos termos do art. 34 da Lei Federal 11.488/07, a fim de comprovar sua equiparação às MEs e EPPs.

7.1.1.8. Os documentos arrolados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

7.1.1.9. **Comprovação do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte**, por meio de:

7.1.1.9.1. **Certidão** expedida pela Junta Comercial, caso exerça atividade empresarial;

7.1.1.9.2. **Documento** expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, caso atuem em outra área, que não a empresarial;

7.1.1.9.3. Comprovação de inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – **Simple Nacional**.

7.1.2. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

7.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

7.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



- 7.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 7.1.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da Sede do Licitante, que deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pelo órgão competente, ou através de sistema eletrônico (ficando sua aceitação, nesse caso, sujeita à verificação de veracidade via internet), que demonstre a regularidade, ao menos, do ISS – Imposto sobre Serviços;
- 7.1.2.5. Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo do Serviço (FGTS)**;
- 7.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

7.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

- 7.1.3.1. **Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial** expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 03 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



7.1.3.1.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva para recuperação judicial/extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, devendo ainda demonstrar que a contratação respeita os limites previstos no seu plano de recuperação;

7.1.3.1.2. Se o licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada no subitem 7.1.3.1 deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

7.1.4. **Qualificação Técnica:**

7.1.4.1. No mínimo, 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando execução de serviços similares ao objeto, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de dois anos.**

7.1.4.1.1. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitados, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de contratos, notas fiscais, dentre outros documentos.

7.1.4.2. **Atestado de Visita Técnica** (Anexo I – A – Modelo de Declaração de Vistoria) **ou Declaração de empresa** (nos moldes do Anexo I – B – Modelo de Declaração de dispensa de Vistoria/Visita) informando que conhece as condições locais para a execução do objeto, não cabendo assim nenhum custo adicional em sua proposta em razão da falta de visita ao local onde serão executados.

7.1.5. **Outras comprovações:**

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



7.1.5.1. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, conjuntamente com a proposta comercial atualizada, **declaração** subscrita por representante legal do licitante, atestando que disponibilizará estrutura operacional (equipe técnica, pessoal, equipamento, ferramental e material) adequada ao perfeito cumprimento do objeto.

7.1.5.2. declaração conforme disposto no **Anexo IV – Modelo de Declarações**, atestando que:

7.1.5.2.1. Para o caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, caso se trate de administrador pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação está sendo cumprido e de que não há vedação para participação em licitações;

7.1.5.2.2. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que deverá apresentar comprovação documental de que o plano de recuperação está sendo cumprido e de que não há vedação para a participação em licitações;

7.1.5.2.3. E que não possui, em seus quadros, administrador ou sócio com poder de direção que possua vínculo de parentesco, até o terceiro grau inclusive, com agente político ou Vereador de Campinas, ou ainda com servidor público de setor da Câmara Municipal de Campinas envolvido diretamente com o processo licitatório, ou com capacidade de nele influir.

#### 7.1.6. Regras Gerais

7.1.6.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação anexados no comprasnet poderão ser solicitados em original ou por meio de cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



**7.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

7.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, NO MÍNIMO, **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.8. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, assim entendido o prazo de **10 (dez) minutos** para manifestação da intenção;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)





8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na forma do Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Campinas nº 15/2022.

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5. fraudar a licitação;
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).



9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

27



9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados exclusivamente por forma eletrônica, *pelos seguintes e-mails:* [licitacoes@campinas.sp.leg.br](mailto:licitacoes@campinas.sp.leg.br) ou [compras.camara.campinas@gmail.com](mailto:compras.camara.campinas@gmail.com)

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não** suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exceto aos indicados na minuta de contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e endereço eletrônico <http://www.campinas.sp.leg.br/transparencia/compras-e-licitacoes/pregao-eletronico/2023>.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I - Termo de Referência;
  - ANEXO I-A – Modelo de atestado de visita e vistoria;
  - ANEXO I-B – Modelo de declaração de dispensa de visita e vistoria;
  - ANEXO I-C – Modelo de proposta;
  - ANEXO I-D – Diretrizes de segurança e saúde no trabalho;
  - ANEXO II - Modelo de Termo de Ciência e Notificação;
  - ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
  - ANEXO IV – Modelo de Declarações

Campinas, 26 de julho de 2023.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)





**DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO**

licitacoes@campinas.sp.leg.br /  
compras.camara.campinas@gmail.com  
Ramal: 1590

**Julio Cesar Favinha**

Diretor de Materiais e Patrimônio

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

32



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCICY202300066

**SIGA**



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de 01 (uma) empilhadeira (veículo para movimentação de carga) elétrica patolada operador a pé com uma bateria e um carregador compatíveis com o equipamento inclusos, serviço de manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários para seu funcionamento, por um período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

### 2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. A empilhadeira deverá ter as seguintes especificações:

Tipo do equipamento	Patolada
Operação	Operador a pé
Suprimento de energia (elétrica, diesel, GLP, etc.)	Elétrica
Capacidade de carga nominal mínima (Kg)	1 400
Raio de giro máximo (mm)	1 700
Corredor operacional paleta 1000 x 1000 (mm)	2 300
Capacidade de elevação mínima (mm)	4 000
Bateria tracionária compatível com o equipamento	01 unidade
Carregador de bateria compatível com o equipamento	01 unidade

2.1.1. O equipamento deverá ser novo ou possuir no máximo 02 (dois) anos de fabricação até a data da entrega.

2.1.2. O equipamento deverá ser compatível para operação com os paletes nas medidas 1000 mm x 1000 mm.

2.1.3. O equipamento ficará durante todo o período de locação nas dependências da CONTRATANTE e à disposição de sua operação não podendo ser removido sem expressa autorização da fiscalização.

2.1.4. O equipamento será recusado se:

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

- 2.1.4.1. Não atender às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 2.1.4.2. Apresentar qualquer defeito em razão de manutenção preventiva e corretiva malsucedidas;
- 2.1.5. A CONTRATADA deverá apresentar na sua proposta comercial informações acerca do equipamento que confirmem sua compatibilidade com o local de operação;
- 2.1.6. O e-mail será considerado um meio formal de comunicação entre as partes.
- 2.1.7. A responsabilidade pela entrega e retirada do equipamento será exclusivamente da CONTRATADA inclusive na eventualidade de substituição da empilhadeira ou retirada e posterior devolução para realização de manutenção específica.
- 2.1.8. A CONTRATADA deverá providenciar a substituição de equipamento que apresente defeito mecânico, elétrico ou hidráulico que impossibilite a sua operação por um período superior a 5 dias úteis;
  - 2.1.8.1. Caso o equipamento precise ser retirado da Câmara Municipal para realização de manutenção corretiva que demande prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA deverá disponibilizar um equipamento reserva com especificações iguais ou superiores de forma a não haver a interrupção do serviço.
  - 2.1.8.2. Caso a CONTRATADA precise recolher o equipamento por outra razão que não seja realização de manutenção poderá fazê-lo mediante solicitação por escrito devidamente justificada e autorizada pela fiscalização, desde que o outro equipamento a ser ofertado atenda plenamente ao Termo de Referência.
- 2.2. **Da assistência técnica (manutenções preventivas e corretivas)**
  - 2.2.1. Das manutenções preventivas:
    - 2.2.1.1. Considera-se manutenção preventiva a que visa manter o equipamento dentro das condições normais de utilização objetivando a redução de ocorrência de defeitos por desgastes ou envelhecimento de seus componentes. Constituem tais serviços: lubrificação, ajustes de partes mecânicas, elétricas ou eletrônicas, verificações, alinhamentos, limpezas, troca de

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

elementos filtrantes, fluidos, lubrificantes e de todo e qualquer consumível que se fizer necessário ao bom funcionamento do equipamento às expensas da CONTRATADA.

2.2.1.2. A periodicidade das manutenções preventivas ficará a cargo da CONTRATADA não podendo ter um interstício inferior a 30 (trinta) dias ou superior a 90 (noventa) dias.

2.2.1.3. A CONTRATADA deverá fornecer no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, cronograma de visitas de manutenção preventiva, fixando dias e horários, submetendo-o a aprovação da fiscalização do contrato.

2.2.1.4. A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela manutenção preventiva dos equipamentos objeto desta contratação, devendo ser realizada periodicamente, obedecendo às recomendações do Manual de Operação de cada equipamento.

2.2.1.5. Após a realização da manutenção preventiva deverá ser gerado um Relatório Técnico a ser entregue ao fiscal do contrato em que conste no mínimo as seguintes informações:

- 2.2.1.5.1. Nome e matrícula do técnico responsável pelo atendimento;
- 2.2.1.5.2. Horário de chegada e horário do término da manutenção;
- 2.2.1.5.3. Descrição da manutenção realizada e das condições operacionais seguras do equipamento;
- 2.2.1.5.4. Recomendações técnicas;
- 2.2.1.5.5. Assinatura.

## 2.2.2. Das manutenções corretivas:

2.2.2.1. Constitui manutenção corretiva a que tem por escopo reparos para eliminar defeitos ocorridos e decorrentes da utilização dos equipamentos, bem como ajustes necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos.

2.2.2.2. As manutenções corretivas serão feitas todas as vezes que o equipamento apresentar defeitos, mediante iniciativa e providência da CONTRATADA, por solicitação expressa da CONTRATANTE, inclusive com substituição de peças.

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

SIGA

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

- 2.2.2.3. As manutenções corretivas serão solicitadas pelo fiscal por telefone e formalizadas por e-mail.
- 2.2.2.4. O tempo de chegada do técnico deverá ser de no máximo 24 (vinte e quatro) horas corridas a partir do envio do e-mail, exceto nos casos em que a paralisação do equipamento tenha suscitado uma condição insegura devidamente documentada pelo Técnico em Segurança do Trabalho situação em que o prazo de chegada do técnico será de 12 (doze) horas corridas.
- 2.2.2.5. Após a realização da manutenção corretiva deverá ser gerado um Relatório Técnico a ser entregue ao fiscal do contrato em que conste no mínimo as seguintes informações:
  - 2.2.2.5.1. Nome e matrícula do técnico responsável pelo atendimento;
  - 2.2.2.5.2. Horário de chegada e horário do término da manutenção;
  - 2.2.2.5.3. Descrição da manutenção realizada e das condições operacionais seguras do equipamento;
  - 2.2.2.5.4. Recomendações técnicas;
  - 2.2.2.5.5. Assinatura.
- 2.2.3. Os serviços de manutenção serão executados de segunda a sexta-feira das 08h às 18h responsabilizando-se a CONTRATADA pela segurança, higiene e integridade do ambiente em que será realizado.
- 2.2.3.1. Apenas excepcionalmente e expressamente autorizado pela fiscalização as manutenções poderão extrapolar os dias e horários acima estabelecidos.

### 3. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 3.1. A entrega da empilhadeira deverá ser efetuada na Coordenadoria de Almoxarifado (contato PABX (19) 3736-1890), em horário previamente acordado com a fiscalização do contrato, na Avenida Engenheiro Roberto Mange, nº 66, Vila Maria – CEP 13041-790, Campinas/SP.
- 3.1.2. Um técnico responsável da empresa deverá acompanhar a entrega para realizar a apresentação do equipamento, sanar as dúvidas sobre a sua operação segura e deixá-lo em condições operacionais.
- 3.1. A entrega do equipamento será realizada em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

3.2. O regime de execução adotado será a empreitada por preço global.

## 4. DA APRESENTAÇÃO PRÉVIA DO EQUIPAMENTO

4.1. A CONTRATADA deverá apresentar na sua proposta comercial informações acerca do equipamento que confirmem sua compatibilidade com o local de operação;

## 5. DO PEDIDO, RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O serviço de locação será recebido provisoriamente pela fiscalização quando do envio ao preposto do contrato, via e-mail e ao final do período de medição, do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

5.1.1. O IMR avaliará a qualidade do serviço prestado e autorizará a emissão e o envio da Nota Fiscal considerando possíveis descontos na fatura em caso de descumprimento do contrato durante a medição.

5.1.2. A fiscalização terá o prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento do período para enviar o IMR à CONTRATADA.

5.1.3. A CONTRATADA terá o prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento do IMR para emitir e enviar a Nota Fiscal.

5.2. O recebimento definitivo do serviço de locação ocorrerá após o aceite da Nota Fiscal.

5.3. O Pagamento da Nota Fiscal ocorrerá de acordo com o valor apurado no Instrumento de Medição de Resultado.

## 6. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. A CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal, para aceitá-la ou rejeitá-la, observado o disposto no item 5.

6.2. A nota fiscal não aprovada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item 6.1. a partir da data da sua reapresentação.

6.3. A CONTRATANTE providenciará o pagamento em até 15 (quinze) dias corridos, contados do ateste da nota fiscal, conforme o disposto no item 6.2,

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

SIGA



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

conforme item 6.2.

6.4. A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA.

## 7. REGULARIDADE FISCAL

7.1. A CONTRATADA deverá apresentar, junto à nota fiscal, a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida da União, a Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Municipal competente, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), devidamente atualizadas, para conferência de sua regularidade fiscal.

7.1.1. Serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativas.

7.1.2. Caso a CONTRATADA não apresente as certidões ou as mesmas apresentem apontamentos, poderá sofrer as penalidades discriminadas no Contrato.

7.1.3. Se a CONTRATADA for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a contratação seja executada por um dos estabelecimentos da CONTRATADA que não o participante da licitação, deverá ser apresentada toda documentação de ambos os estabelecimentos.

7.1.4. É vedada a mescla de documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT), caso a sede realize o recolhimento desses tributos de forma centralizada.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, por meio de fiscais e gestores devidamente nomeados.

8.2. Proporcionar condições para que a CONTRATADA possa realizar a

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

SIGA



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

prestação do serviço de locação.

8.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme as notas fiscais entregues ao final de cada período de medição.

8.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do contrato.

8.5. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.6. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. Efetuar todos os serviços necessários referentes à execução do objeto, nos prazos, local e condições estabelecidos, cumprindo fielmente todas as disposições deste Contrato e seus anexos;

9.3. Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, regularidade fiscal e qualificação exigidas na licitação.

9.4. Assumir total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à CONTRATANTE.

9.5. Responsabilizar-se por todas as operações de transporte (entrega e retirada), carga e descarga do equipamento locado.

9.6. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente todas as reclamações.

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

SIGA



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

9.7. Arcar com todas as despesas pertinentes à execução dos serviços ora contratados, tais como tributos, fretes, embalagens, custos com mobilização, quando for o caso, e também os salários, encargos previdenciários, trabalhistas e sociais relacionados à execução do objeto, bem como os demais custos inerentes a esta prestação de serviços, mantendo em dia os seus recolhimentos;

9.8. Responder integralmente pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo decorrentes da execução deste Contrato, não havendo exclusão ou redução de responsabilidade decorrente da fiscalização ou do acompanhamento contratual exercido;

9.9. Informar, no corpo da nota fiscal (ou documento equivalente), seus dados bancários além do número e o objeto do contrato, o período e o número da medição.

9.10. Manter o sigilo sobre todos os dados, informações e documentos fornecidos por este Órgão ou obtidos em razão da execução contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste contrato e mesmo após o seu término;

9.11. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e demais anexos, bem como no Instrumento Contratual e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.12. Disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre a fiscalização e o preposto formalmente designado para representá-la durante toda a execução do contrato.

9.13. Apresentar em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato cronograma de execução de serviços de manutenção preventiva do equipamento locado, informando data e hora em que o serviço será prestado e submetê-lo a aprovação da CONTRATANTE.

9.14. Substituir, de imediato, o equipamento locado por outro que cumpra todas as especificações técnicas, caso o período de manutenção preventiva ou corretiva

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

SIGA





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

seja superior a 5 (cinco) dias úteis.

9.15. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data do término do prazo para execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.16. Responsabilizar-se pelo pagamento de despesas de frete ou encargos similares necessários à retirada e entrega dos equipamentos, inclusive quando necessário para reparos externos.

9.17. Disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, mão de obra, transporte e tudo o mais necessário à fiel execução do objeto licitado, inclusive para a manutenção do equipamento e seus acessórios (carregadores e baterias).

9.18. Fornecer aos seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI e de proteção coletiva (EPC) exigidos pelas Normas e Legislações aplicáveis, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho.

9.19. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, a integralidade das obrigações assumidas.

9.19.1. A subcontratação parcial será permitida apenas para a realização do transporte do equipamento objeto da contratação.

9.20. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, antes e durante a execução de toda a prestação do serviço respondendo-as prontamente e por escrito.

9.21. Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da CONTRATANTE e em especial as Normas relativas a Saúde e Segurança no Trabalho.

9.22. Instruir a CONTRATANTE acerca da operação segura do equipamento no momento da entrega.

Avenida da Saudade, n°. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

SIGA



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

9.23. Manter os seus empregados uniformizados e identificados por crachá quando da prestação dos serviços nas dependências da CONTRATANTE.

9.24. Substituir imediatamente quaisquer empregados cuja atuação seja considerada inoportuna ou desqualificada pela CONTRATANTE;

9.25. Responder por quaisquer danos causados diretamente aos materiais/produtos ou a outros bens de propriedade da CONTRATANTE e de terceiros, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a execução dos serviços.

9.26. Manter preposto expressamente designado para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;

9.26.1. A Carta de Preposição deverá ser entregue devidamente assinada pelo preposto e contendo o e-mail de que trata o item 9.12 no momento da assinatura do contrato.

9.27. A CONTRATADA deverá observar todas as normas e legislações ambientais aplicáveis em especial com relação ao descarte dos materiais e resíduos gerados durante as manutenções corretivas ou preventivas, por exemplo, óleos, graxas, lubrificantes, panos, flanelas ou estopas contaminadas que devem ter destinação ambientalmente adequada.

## 10. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

10.1. A qualidade da prestação do serviço será mensurada através do IMR abaixo:

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

SIGA

Instrumento de Medição de Resultado - IMR		
Item	Descrição da não conformidade	Pontuação
01	Não substituir injustificadamente equipamento que apresente defeito mecânico, elétrico ou hidráulico que impossibilite a sua operação por período superior a 5 (cinco) dias úteis.	05 pontos, mais 02 pontos adicionais a cada dia de atraso, limitado ao total de 15 pontos.
02	Não substituir injustificadamente equipamento que precise ser recolhido para realização da manutenção corretiva com prazo de realização superior a 5 (cinco) dias úteis.	05 pontos, mais 02 pontos adicionais a cada dia de atraso, limitado ao total de 15 pontos.
03	Não fornecer no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, cronograma de visitas de manutenção preventiva, fixando dias e horários e submetendo-o a aprovação da fiscalização do contrato.	02 pontos.
04	Descumprimento do prazo de 24 (vinte e quatro) horas corridas a partir do envio do e-mail da fiscalização para o tempo de chegada do técnico em manutenções corretivas.	03 pontos.
05	Descumprimento do prazo de 12 (doze) horas corridas a partir do envio do e-mail da fiscalização para o tempo de chegada do técnico em manutenções corretivas que envolvam condições inseguras devidamente documentadas pelo Técnico em Segurança do Trabalho.	03 pontos.
06	Não designar um técnico da empresa para acompanhar a entrega e realizar a apresentação do equipamento, sanar as dúvidas sobre a sua operação segura e deixá-lo em condições operacionais.	03 pontos.
07	Desrespeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da contratante.	03 pontos.
08	Desrespeitar as Normas relativas a Saúde e Segurança no Trabalho.	03 pontos.
09	Não entregar Carta de Preposição devidamente assinada pelo preposto e contendo o e-mail de que trata o item 9.12 no momento da assinatura do contrato.	02 pontos.
10	Descumprir injustificadamente o cronograma de manutenção preventiva provocando atraso na realização do serviço.	02 pontos por dia de atraso, limitado ao total de 15 pontos.
11	Não realizar injustificadamente a manutenção preventiva dentro do respectivo período de medição.	05 pontos.

10.2. A cada não conformidade identificada pela fiscalização será atribuída a pontuação correspondente e para cada ponto somado será descontado 1% (um por cento) do valor da Nota Fiscal ou fatura relativa àquele período de medição.

10.3. Com relação aos itens 01, 02 e 10 do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), caso o atraso seja superior a 10 (dez) dias úteis, o contrato poderá ser extinto, sem prejuízo da aplicação de penalidades, a critério da Contratante.

Avenida da Saudade, n°. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

## 11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. A vigência do contrato de 36 (trinta e seis) meses de locação iniciar-se-á a partir da data em que a contratada disponibilizar o equipamento em condições imediatas de uso.

11.2. A fiscalização do contrato deverá, após a vistoria do equipamento e a confirmação de que ele atende as especificações do Termo de Referência, notificar a Central de Contratos e Convênios – CCON acerca da conformidade.

Campinas, 31 de julho de 2023.

---

Carlos Alexandre de Macedo  
**Coordenadoria de Almozarifado**

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCICY202300066

**SIGA**



**DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO**

licitacoes@campinas.sp.leg.br /  
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

**ANEXO I-A**

**MODELO DE ATESTADO DE VISITA E VISTORIA**

Atesto para os devidos fins, que o Sr(a) \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_, representante da Empresa  
\_\_\_\_\_ visitou e vistoriou o(s) local(is), onde será(ão)  
executado(s) os serviços, objeto do Pregão Eletrônico nº 20/2023, Processo CMC-ADM-  
2023/00112, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023, tendo tomado conhecimento de todas as  
informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações referentes  
ao objeto da licitação.

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
Servidor designado pela

Câmara Municipal de Campinas

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

**SIGA**



**DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO**

licitacoes@campinas.sp.leg.br /  
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

**ANEXO I-B**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA E VISTORIA**

(NOME DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, ETC), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DO MESMO, CONSTANDO INCLUSIVE QUAL A FUNÇÃO/CARGO NA EMPRESA), DECLARAMOS que, OPTAMOS por não realizar a visita e vistoria ao(s) local(is) de execução do serviços, que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão e NOS COMPROMETEMOS a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade Pregão Eletrônico nº 20/2023.

Campinas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

**SIGA**

## ANEXO I-C – Modelo de proposta

### PREGÃO ELETRÔNICO: 20/2023

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de 01 (uma) empilhadeira (veículo para movimentação de carga) elétrica patolada operador a pé com uma bateria e um carregador compatíveis com o equipamento inclusos, serviço de manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários para seu funcionamento, por um período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

### CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

CNPJ: 49.425.994/0001-87

### DADOS DO FORNECEDOR

#### RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

I.E.:

ENDEREÇO:

Nº:

COMPLEMENTO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

ESTADO:

CEP:

ENQUADRAMENTO:

☐ ME ☐ EPP ☐ LTDA ☐ S/A ☐ MEI

E-MAIL:

TELEFONE:

### COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA

Item	Descrição	Qtd.	Unid. Med.	Valor Mensal (A)	Valor Anual B = (A x 12)	Valor Global C = (B x 3)	Marca/Modelo
01	Serviço de locação de 01 (uma) empilhadeira elétrica patolada operador a pé com uma bateria e um carregador compatíveis com o equipamento inclusos, serviço de manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários.	01	Serv.	.			

Avenida da Saudade, nº 1004, Ponte Preta CEP: 13.041-670 – Campinas – São Paulo  
(19) 3736-1590



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

<b>VALOR GLOBAL DA PROPOSTA</b>		<b>R\$</b>
<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b> 60 DIAS		
<b>CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:</b>		
<b>CONDIÇÕES DE FATURAMENTO:</b>		
<b>VALOR MÍNIMO PARA FATURAMENTO:</b>		
<b>PRAZO PARA ENTREGA:</b>		
<b>DADOS BANCÁRIOS</b>		
<b>BANCO:</b>	<b>AG:</b>	<b>C/C:</b>
<b>DADOS SÓCIO RESPONSÁVEL:</b>		<b>CPF:</b>
<p>1. Declaro para todos os fins de Direito, que recebi e li integralmente o conteúdo do Termo de Referência, relativo ao objeto descrito no cabeçalho deste formulário. Portanto, estou ciente de que o (s) orçamento (s) enviado (s) por esta empresa está estritamente adequado a todas as exigências e condições de contratação de prestação de serviço e/ou fornecimento ali clausuladas, especialmente no que diz respeito a quantidades, unidades, especificações técnicas, forma de apresentação, metodologias e regras de execução, documentações e demais obrigações exigidas. Além disso, estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais, ferramentas e seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa dos fornecimentos discriminados e especificações técnicas.</p> <p>2. Declaro, ainda, que se houver alguma incorreção no referido documento (Termo de Referência), seja de ordem técnica ou de restrição no mercado específico de comercialização dos materiais e/ou serviços a serem contratados, que inviabilize ou prejudique o correto fornecimento ou a prestação dos serviços, comunicarei imediatamente através de e-mail de contato, para que a Administração possa tomar as devidas providências de saneamento ou justificar a adoção da questionada medida.</p> <p>3. Declaro, por fim, que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de dezesseis anos, em conformidade com o disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.</p> <p>4. Observações: É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica para qualquer operação destinada a Órgãos Públicos, independentemente do ramo de atividade exercida. (Art. 7º, III da Decisão Normativa CAT-17, de 24-11-2009).</p> <p>5. É necessária a emissão <b>Nota Fiscal de Serviços</b>, de acordo com a Lei Municipal nº 12.392/2005 e lista anexa.</p> <p>Constitui condição para a contratação com o Poder Público a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93.</p>		





**RESPONSÁVEL PELO ENVIO DA PROPOSTA**

<b>NOME</b>
<b>CPF:</b>
<b>CARGO/FUNÇÃO</b>
<b>E-MAIL</b>
<b>TELEFONE</b>

\_\_\_\_\_  
**Local/Data**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**



## ANEXO – DIRETRIZES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – SST

### 1 OBJETIVO

1.1. Estabelecer diretrizes de Segurança e Saúde no trabalho a serem cumpridas por Empresas Contratadas nas dependências da Câmara Municipal de Campinas, visando à prevenção de eventos perigosos, com potencial de causar lesões ou agravos à saúde do trabalhador.

1.2. A Empresa será avaliada não só pela qualidade do seu serviço, mas também por sua atuação e cumprimento às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho vigentes e na omissão destas, por normas técnicas pertinentes.

1.3. Este Anexo é parte integrante do Edital, sendo que a assinatura do Contrato pela CONTRATADA, implica na leitura e na apresentação, dentro do prazo estabelecido, de todos os documentos descritos.

### 2 ABRANGÊNCIA

2.1. Este Anexo se aplica aos profissionais da empresa contratada que realizarem manutenções preventivas e/ou corretivas **nas dependências da Câmara Municipal de Campinas.**

2.1.1. As manutenções supracitadas estão previstas no subitem 2.2 Da assistência técnica (manutenções preventivas e corretivas) do Termo de Referência.

### 3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras de Medicina e Segurança do Trabalho, Portaria nº 3.214/78 e suas alterações subsequentes, e na omissão ou complementação destas, as normas técnicas vigentes, bem como, as instruções e todos os regulamentos internos, relativos à Segurança e Saúde no Trabalho, da Câmara Municipal de Campinas.

3.2. Cabe ao Trabalhador terceirizado, durante sua permanência na Câmara Municipal de Campinas:

- a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
- b) Usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador;
- c) Comunicar ao Técnico em Segurança do Trabalho da Câmara Municipal e Campinas, o início das atividades de trabalho em altura.

3.3. É estritamente proibido o uso de crachás, pulseiras, colares, brincos, anéis, alianças etc., durante as atividades riscos como: trabalho em altura, intervenções em instalações elétricas, uso de máquinas e equipamentos perigosas, atividades de soldagem.

3.3.1. Durante sua permanência na Câmara Municipal de Campinas, o trabalhador deverá portar crachá de identificação (exceto nas atividades de risco) e uniforme da CONTRATADA.



#### **4 PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS**

- 4.1. Os produtos inflamáveis deverão ser armazenados em locais isolados, longe de qualquer fonte de calor, com sinalização indicando a presença de produtos inflamáveis.
- 4.2. A CONTRATADA deverá comunicar previamente o Técnico em Segurança do Trabalho da Câmara Municipal de Campinas para aprovação e definição do local destinado ao armazenamento dos produtos inflamáveis.

#### **5 ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA**

- 5.1. A CONTRATADA deverá manter as instalações da Câmara Municipal em bom estado de organização, ordenação, conservação, higiene, limpeza e segurança.
- 5.2. As ferramentas manuais não devem ser deixadas sobre passagens, escadas, andaimes e outras superfícies de trabalho ou de circulação, devendo ser guardadas em locais apropriados, quando não estiverem em uso.
- 5.3. Após a execução do serviço a CONTRATADA deverá manter a área limpa, destinando corretamente todos os resíduos e sobras de materiais de sua atividade, bem como retirar e guardar equipamentos utilizados.
- 5.4. Os materiais devem ser armazenados e estocados de modo a não ocasionar acidentes, prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio e não obstruir portas ou saídas de emergência.

#### **6 REQUISITOS DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE**

- 6.1. A Câmara Municipal de Campinas reserva-se o direito de rejeitar o uso de qualquer produto químico apresentado pela CONTRATADA, que possa causar acidentes com riscos a saúde de todos os usuários deste Legislativo, bem como danos ao Meio Ambiente.
- 6.2. É proibida a queima de qualquer tipo de resíduo ou material nas dependências da Câmara Municipal de Campinas.
- 6.3. É proibido o descarte de qualquer resíduo líquido, perigoso ou não, nas redes de esgoto ou águas pluviais.
- 6.3.1. Nenhum resíduo perigoso ou não, poderá ser descartado sobre ou sob o solo.
- 6.4. Na eventualidade de causar qualquer impacto ambiental não previsto durante a execução do serviço, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao CONTRATANTE para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

#### **7 PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 7.1. Os serviços serão interrompidos, caso seja constatado durante as atividades:
- a) Risco grave e iminente ao trabalhador e terceiros;
  - b) Não cumprimento dos procedimentos de segurança e saúde no trabalho;
  - c) Conduta inadequada por parte do trabalhador;
  - d) Improvisação de máquina, equipamentos e ferramentas.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

7.2. A paralisação será registrada pela fiscalização e encaminhada à Central de Contratos e Convênios – CCON da CMC, para as demais providências contratuais.

## 8 DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES

8.1. A CONTRATADA deverá submeter ao CONTRATANTE, até 1 (um) dia útil antes **da data da manutenção a ser realizada**, os seguintes documentos:

	Descrição
1	Cópia de documento com foto de todos os funcionários.
2	Cópia do Registro de Empregado do livro registro da empresa ou documento equivalente, de todos os funcionários.
3	Cópia da carteira de trabalho (Digital) ou documento equivalente (ex: contrato de prestação de serviço) de todos os funcionários.

	Descrição	Obrigatoriedade	Fundamentação
1	Ordem de Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho para as atividades a serem realizadas na CMC.	Para todos os trabalhadores.	NR-1
2	Certificado de Capacitação em Equipamento de Proteção Individual – EPI.	Para todos os trabalhadores.	NR-6
3	Registro de entrega de Equipamentos de Proteção Individual – EPI atualizada.		
4	Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.	Para todos os trabalhadores.	NR-7

8.2. Toda documentação inicial, exigida neste Anexo, deverá ser escaneada e encaminhada no formato em PDF (Portable Document Format), para maior celeridade nos processos, no seguinte endereço de e-mail: doc.seguranca@campinas.sp.leg.br.

8.2.1. Não serão aceitos documentos fotografados.

Ricardo Rezende Ribeiro  
Técnico em Segurança do Trabalho



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CY202300066



**DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO**

licitacoes@campinas.sp.leg.br /  
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

**ANEXO II**  
**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**  
**(CONTRATOS)**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_  
CONTRATADO: \_\_\_\_\_  
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_  
OBJETO: \_\_\_\_\_  
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (\*) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a. o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d. as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

**SIGA**



**DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO**

licitacoes@campinas.sp.leg.br /  
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme  
“Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

- e. é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:**

- a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

**SIGA**



**DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO**

licitacoes@campinas.sp.leg.br /  
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*). Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCICY202300066

**SIGA**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2023**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 01 (UMA) EMPILHADEIRA (VEÍCULO PARA MOVIMENTAÇÃO DE CARGA) ELÉTRICA PATOLADA OPERADOR A PÉ COM UMA BATERIA E UM CARREGADOR COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO INCLUSOS, SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E SUPRIMENTOS NECESSÁRIOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO, POR UM PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS E A EMPRESA \_\_\_\_\_:**

A Câmara Municipal de Campinas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.425.994/0001-87, com sede na Avenida da Saudade, 1004 – Bairro Ponte Preta, Campinas, Estado de São Paulo, representada pelo seu Presidente Vereador Luiz Carlos Rossini, domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, representada por \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF \_\_\_\_\_, ajustam o presente instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, resultante do Protocolo Interno CMC-ADM-2023/00112, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariarem as disposições deste CONTRATO, que reger-se-á pelas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1.1 - O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de locação de 01 (uma) empilhadeira (veículo para movimentação de carga) elétrica patolada operador a pé com uma bateria e um carregador compatíveis com o equipamento inclusos, serviço de manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários para o seu funcionamento, por um período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

1.2 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente de nº 01.031.3001.4004.3.3.90.39.12.01.100.

1.3 - No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo orçamento, ficando a Câmara obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimada e, havendo necessidade, a emitir Nota de Empenho complementar, respeitadas as mesmas classificações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

1



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCMIN202300137

SIGA



CMCICY202300066

SIGA



2.1 - O contrato terá o prazo de vigência de 36 (trinta e seis meses), contados da data em que a Contratada disponibilizar o equipamento à Contratante em condições imediatas de uso, conforme art. 106 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 do mesmo diploma legal.

2.2 - A Administração tem a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para a sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

2.2.1 - A extinção mencionada no item 2.2 ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

2.2.2 - Entre 210 (duzentos e dez) e 150 (cento cinquenta) dias antes da data de aniversário do contrato, a Contratante verificará a permanência da vantagem técnica e econômica da contratação e decidirá sobre a manutenção de sua vigência original, conforme o item 2.1, ou sua extinção, conforme o item 2.2.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1 - As partes atribuem a este Contrato, para efeito de direito, o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme a tabela abaixo:

Item	Especificações	Qtd (A)	Unid	Valor Mensal (B)	Valor Total (36 meses) (C = A x B)
01	Locação de 01 (uma) empilhadeira (veículo para movimentação de carga) elétrica patolada operador a pé com uma bateria e um carregador compatíveis com o equipamento inclusos, serviço de manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários para o seu funcionamento, por um período de 36 (trinta e seis) meses.	36	Meses	R\$ _____	R\$ _____

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

2



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCMIN202300137

SIGA



CMCICV202300066

SIGA

3.2 – Os valores constantes da cláusula 3.1 compreendem todos os custos e despesas necessárias à execução dos serviços, compreendendo – mas não se limitando a – a mão de obra empregada, transporte, hospedagem, uniformes, EPI's, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos e quaisquer outros custos e despesas necessários à perfeita execução do objeto contratado.

3.3 - Os valores serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 meses a contar da data da proposta.

3.3.1. Após o prazo disposto no item 3.3, o valor mensal do contrato poderá ser reajustado, mediante requerimento da contratada, com base na variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

4.1 - Os serviços serão prestados mediante execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

4.2 – A entrega do equipamento será realizada em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

4.3 – A entrega da empilhadeira deverá ser efetuada na Coordenadoria de Almoxarifado (contato PABX: 19 – 3736-1890), em horário previamente acordado com a fiscalização do contrato, na Avenida Engenheiro Roberto Mange, nº 66, Vila Maria, CEP: 13.041-790, Campinas/SP.

4.4 – A Contratada não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, a integralidade das obrigações assumidas.

4.4.1 – A subcontratação parcial será permitida apenas para a realização do transporte do equipamento objeto da contratação.

#### CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Além das obrigações previstas nos demais anexos do edital, em especial no Anexo I – Termo de Referência, a Contratada deverá:

5.1.1 - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação, apresentando sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista;

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

3



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCMIN202300137

SIGA



CMCICV202300066

SIGA

5.1.2 – Qualquer alteração nos atos constitutivos da empresa ou revogação/alteração de poderes de mandatários deverá ser comunicada à Contratante em até 05 dias úteis, sob pena de aplicação de penalidades.

5.1.3 – Emitir carta de preposição indicando o profissional que representará a Contratada ou documento que ratifique o próprio representante legal da empresa na representação e acompanhamento próximo da execução do objeto do contrato.

5.1.3.1 - A indicação do preposto ou ratificação do representante legal da empresa para acompanhar a execução do contrato, visa à comunicação entre a Contratada e o representante da Contratante, durante a execução dos serviços. Esse preposto terá como missão garantir o bom andamento dos serviços, tomar providências pertinentes às não conformidades detectadas e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender. Deverá comparecer à Contratante em dia, horário e frequência preestabelecida com o Fiscal do Contrato, e, ainda, quando houver solicitação emergencial;

5.1.3.2 – A carta de preposição deverá ser assinada por quem concede e por quem recebe os poderes de representação da empresa, demonstrando que o preposto está anuindo à responsabilidade.

5.1.3.3 – O documento de ratificação da representação deverá ser assinado pelo representante da empresa, conforme contrato/estatuto social da empresa ou pelo titular do CNPJ no caso de "MEI".

5.1.3.4 – Na carta de preposição ou documento de ratificação de representação deve constar o e-mail e telefone de contato do representante da empresa/preposto.

#### **CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 – Além das Obrigações previstas nos demais anexos do edital, em especial no Anexo I – Termo de Referência, a Contratante deverá:

6.1.1 - Comunicar à Contratada, imediatamente, quaisquer falhas ocorridas na execução do contrato;

6.1.2 - Sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

**Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670**

4



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



CMCMIN202300137

**SIGA**



CMCICY202300066



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>

**SIGA**

6.1.3 - Impugnar os trabalhos que não forem feitos a contento, ficando a CONTRATADA obrigada a refazê-los, sem ônus para a CONTRATANTE;

6.1.4 - Aplicar à Contratada, quando cabíveis, as penalidades regulamentares, contratuais e legais;

6.1.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relacionados ao serviço;

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1 – Durante a vigência do contrato, a Contratante adotará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) como forma de avaliar se o serviço entregue pela Contratada está dentro dos critérios estabelecidos neste ajuste.

7.1.1 – O IMR terá como referência o mês faturado e será considerado para fins de referência quanto ao percentual a ser aplicado sobre o valor líquido (valor apurado após o desconto contratual, se houver) da nota fiscal mensal apresentada pela Contratada.

7.2 – O serviço de locação será recebido provisoriamente pela fiscalização quando do envio ao preposto do contrato, via e-mail e ao final do período de medição, do Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

7.3 – A fiscalização terá o prazo de 03 (três) dias úteis, após o encerramento do período, para enviar o IMR à Contratada.

7.4 – A Contratada terá o prazo de 03 (três) dias úteis, após o recebimento do IMR, para emitir e enviar a Nota Fiscal para a Contratante, no e-mail: nfe@campinas.sp.leg.br.

7.5 - O recebimento definitivo dos serviços de locação ocorrerá mediante aceite na Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 - Após o recebimento provisório disposto no item 7.2, a Contratante receberá a respectiva Nota Fiscal de cobrança, encaminhada pela Contratada ao e-mail nfe@campinas.sp.leg.br, e deverá aceitá-la e atestá-la, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis de seu recebimento, ou rejeitá-la e solicitar correções/substituições.

8.1.1 - A Contratada deverá enviar, junto com a nota fiscal, a seguinte documentação válida e atualizada:

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

5



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCMIN202300137

SIGA



CMCICY202300066

SIGA

- a) a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) a Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Municipal competente;
- c) o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.1.1.1 - Caso a CONTRATADA não apresente as certidões ou as mesmas apresentem apontamentos e não seja providenciada a sua regularização, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da notificação, a qual será feita por e-mail, poderá sofrer a penalidade discriminada na cláusula décima, item **10.1.2.2**;

8.1.2 - Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

8.1.3 – A Contratada deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual executará o contrato.

8.1.4 - É vedada a mescla de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT), caso a sede realize o recolhimento desses tributos de forma centralizada.

8.2 - A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição e, a partir da reapresentação da Nota Fiscal correta, se reiniciará a contagem do prazo estabelecido no item 8.1.

8.3 - A Câmara Municipal de Campinas providenciará o pagamento em até 15 (quinze) dias após o ateste da Nota Fiscal;

8.4 - A Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela Contratada, a título de indenização, glosa ou penalidade aplicada.

8.5 - Pelo atraso injustificado do pagamento, por parte da Contratante, incidirá sobre o valor em atraso, a partir do dia posterior à data do vencimento e pro-rata tempore, correção monetária pelo IPCA (IBGE), bem como juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança.

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

6



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCMIN202300137

SIGA



CMCICY202300066

SIGA

## CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1 - Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

9.1.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

9.1.2 - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

9.1.3 - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

9.1.3.1 – No caso de fusão, cisão ou incorporação da Contratada, e desde que a Contratante seja comunicada imediatamente após a referida operação societária, a Contratante, facultativamente, poderá optar por não extinguir o presente contrato, desde que tal mudança:

a) Não tenha sido efetuada com o intuito de fraudar o certame licitatório;

b) Não tenha acarretado violação à isonomia dos licitantes, prejuízo à obtenção da melhor proposta por parte da Contratante ou prejudicado de qualquer outra forma os preceitos do certame licitatório;

c) haja justificado interesse público que autorize tal manutenção; e

d) não prejudique a execução do contrato.

9.1.4 - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

9.1.5 - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

9.1.6 - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

9.1.7 - atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação, à desocupação ou à servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

7



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



CMCMIN202300137

SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCICY202300066

SIGA

9.1.8 - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade Contratante;

9.1.9 - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

9.2 - A extinção do contrato poderá ser:

9.2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.2.2 - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.2.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.3 - A extinção por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará:

9.3.1 - a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, para fins de pagamento à Contratante dos valores das multas e de eventuais indenizações por prejuízos sofridos pela Contratante; e/ou

9.3.2 - a execução da garantia contratual, para ressarcimento à Contratante dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Contratada poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 156 da Lei 14.133/21):

10.1.1 - Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente;

10.1.2 - Multa, nas seguintes situações:

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

8



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



CMCMIN202300137

SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCICY202300066

SIGA

**MINUTA**

10.1.2.1 – de 0,3% (três décimos por cento), incidente sobre o valor total do contrato, por dia de atraso para disponibilizar o equipamento, conforme o disposto no item 4.2 deste instrumento, até o 15º (décimo quinto) dia corrido de atraso, após o que, a critério da Contratante, poderá ser promovida a extinção do ajuste;

10.1.2.2 - de 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor mensal do contrato, no caso de descumprimento da cláusula 8.1.1.1. No caso de reincidência, poderá ser promovida a extinção do ajuste.

10.1.2.3 – de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor mensal do contrato, no caso de qualquer desconto previsto no IMR, por 3 (três) meses consecutivos, ou 5 (cinco) meses interpolados, compreendidos a cada período de 12 (doze) meses, sem prejuízo da extinção do contrato, a critério da Contratante.

10.1.2.4 - de 1% (um por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo da extinção do ajuste e da aplicação da penalidade do item 10.1.4 (inidoneidade), no caso de apresentação de documento falso ou de conteúdo falso (falsidade ideológica).

10.1.2.4.1 - Caso seja comprovada a idoneidade da documentação originalmente apresentada, será afastada a penalidade do item 10.1.2.4.

10.1.2.4.2 – Caso a empresa comprove não ter havido dolo na apresentação da documentação falsa e reapresente documentação idônea no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, poderá ser aplicada apenas a penalidade de multa, sem cumular a aplicação da penalidade de inidoneidade.

10.1.2.5 - de até 5% (cinco por cento), incidentes sobre o valor total do contrato, por descumprimento de qualquer exigência disposta no Termo de Referência, no contrato ou na lei, não abarcada por outra penalidade mais específica. No caso de reincidência, poderá ser promovida a extinção do ajuste.

10.1.2.6 – de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, caso a empresa desista da prorrogação do ajuste, após manifestar a concordância com a prorrogação, antes de 150 dias do final da sua vigência;

10.1.2.7 – de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, caso a empresa desista da prorrogação do ajuste, após manifestar a concordância com a prorrogação, entre 150 dias e 60 dias do fim da vigência contratual;

10.1.2.8 – de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, caso a empresa desista da prorrogação do ajuste, após manifestar a concordância com a prorrogação, nos últimos 60 dias da sua vigência;

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

9



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCMIN202300137

SIGA



CMCICY202300066

SIGA



10.1.2.9 - Em caso de extinção do Contrato pela Contratante, decorrente do que prevê os subitens 10.1.2.1, 10.1.2.2, 10.1.2.3, 10.1.2.4 e 10.1.2.5, ou de qualquer descumprimento de outra obrigação da contratada, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

10.1.3 – Impedimento de licitar e contratar com o Município no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campinas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.3.1 - Nos casos de declaração de impedimento, a empresa penalizada poderá, decorrido o prazo de **01 (um) ano** da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

10.1.4 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

10.1.4.1 - Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, decorrido o prazo de **03 (dois) anos** da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

10.2 – No caso de reincidência da conduta tipificada nos itens “10.1.2.2 e 10.1.2.3”, a Contratante poderá, a seu critério, não optar pela extinção do contrato, hipótese em que deverá multiplicar o percentual de multa previsto, pelo número de infrações cometidas.

10.3 - As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da Contratada.

10.4 - As penalidades previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas com as multas previstas no subitem 10.1.2.

10.5 - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha acarretar ao Contratante.

10.5.1 - O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujo efeito não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

10



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCMIN202300137

SIGA



CMCICY202300066

SIGA

10.6 - Na aplicação de quaisquer sanções previstas na Legislação, serão garantidos à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

10.6.1 – A Contratante poderá, a seu critério, considerar a gravidade da infração, os antecedentes da empresa, a conduta da Contratada e de seu preposto na solução de problemas apontados pelos fiscais do contrato, para evocar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade nas apurações e aplicações das penalidades estipuladas neste contrato, nos casos em que as sanções se mostrem desproporcionalmente gravosas à Contratada se comparadas aos prejuízos que esta causou à Contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6 - A Presidência da Casa indicará, através de Ato de Designação, representante, ou representantes, caso haja necessidade, para atuarem como fiscais e gestores do Ajuste, cabendo, a estes as seguintes atribuições, respectivamente:

11.6.1 - Aos fiscais: Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante se reserva no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização,

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

11



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCMIN202300137

SIGA



CMCICV202300066

SIGA

diretamente ou por servidores designados, podendo para isso:

11.6.1.1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no termo de referência e contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

11.6.1.2 - O(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

11.6.1.3 - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.6.1.4 - O(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.6.1.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.6.1.6 - O(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

11.6.1.7 - O(s) fiscal(is) técnico(s) fará a recepção dos serviços e aceitará o objeto caso esse esteja de acordo com o termo de referência e com o contrato.

11.6.1.8 - O(s) fiscal(is) técnico(s) trabalhará como interlocutor entre a Câmara e a Contratada.

11.6.2 - O(s) gestor(es) do contrato coordenará(ão) a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, registros de ocorrências e relatório de regularidade documental nos dossiês de documentação, além da(s) ordem(ns) de serviço(s), alterações e prorrogações contratuais nos processos de acompanhamento do contrato.

11.6.1.1 - O(s) gestor(es) do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

12



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCMIN202300137

SIGA



CMCICY202300066

SIGA

problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

11.6.1.2 - O(s) gestor(es) do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.6.1.3 - O(s) gestor(es) do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.6.1.4 - O(s) gestor(es) do contrato atestará as notas fiscais emitidas pela Contratada, em conjunto com o fiscal administrativo ou isoladamente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

12.1 - A CONTRATADA deverá apresentar garantia no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, em até 05 dias após o recebimento da cópia digitalizada do contrato assinado pelas partes, que será enviada pela Central de Contratos Convênios da Câmara Municipal de Campinas ao e-mail cadastrado da Contratada deste contrato.

12.1.1 - Caberá à CONTRATADA a escolha da modalidade de garantia a ser apresentada, nos termos do que dispõe o § 1º do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, dentre as que seguem:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

12.1.2 – No caso de apresentação de seguro garantia, a contratada deverá apresentar em até 1(um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

12.1.3 - No caso de opção pelo seguro-garantia ou pela fiança bancária, a garantia deverá vigor pelo período de 03 (três) meses a mais em relação à vigência deste contrato;

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

13



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



CMCMIN202300137

SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCICY202300066

SIGA

12.1.4 - No caso de opção pela caução em dinheiro, a garantia será devolvida após 03 (três) meses do término da vigência do contrato, caso não exista Registro de Ocorrência, Processo Administrativo ou qualquer outra apuração de descumprimento contratual em curso;

12.1.5 - A garantia apresentada na modalidade de caução em dinheiro será devolvida mediante requerimento da Contratada, com correção monetária (mesma aplicável à caderneta de poupança), após a conclusão do objeto do contrato, descontadas as multas não pagas e o valor dos prejuízos causados em razão do não cumprimento das obrigações contratuais ou por qualquer outro motivo pertinente à avença e sua execução, mediante autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campinas.

12.1.5.1 - A Contratada, no momento em que efetuar o depósito na modalidade caução, deverá informar os dados bancários para que a garantia ou seu remanescente seja devolvido após a finalização do objeto contratual.

12.2 - A Contratada perderá a garantia em favor da contratante se este contrato for extinto por culpa ou dolo imputável à primeira.

12.3 - Caso haja aditamento de valor contratual, a Contratada deverá complementar a garantia, de forma a totalizar 5% (cinco por cento) da somatória do valor do contrato e seu(s) aditamento(s).

12.4 - A garantia deverá ser restabelecida, em sua totalidade, caso seja utilizada ou se torne insuficiente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

13.1 - O presente contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade "Pregão Eletrônico nº \_\_\_/202\_\_\_", homologada pelo Exmo. Sr. Presidente da CONTRATANTE, conforme protocolo interno CMC-ADM-2023/00112, sujeitando-se os Contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

13.2 - Integram o presente contrato a proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência e todos os atos e termos referentes ao protocolo interno CMC-ADM-2023/00112, em especial, os anexos do edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/202\_\_\_.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 - A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, em extrato, no Diário Oficial do Legislativo de Campinas, conforme

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

14



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMCMIN202300137

SIGA



CMCICY202300066

SIGA



Central de Contratos e Convênios  
econ@campinas.sp.leg.br  
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2023/00112

**MINUTA**

artigos 94, I; 174, §2º, V; e 175, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outros sejam.

15.2. - A data de assinatura será certificada por servidor lotado na Central de Contratos e Convênios da Câmara Municipal de Campinas, por meio de certidão a ser juntada no subprocesso do contrato CMC-ADM-2023/00112.\_\_\_\_, conforme a data em que o último representante de uma das **PARTES** qualificada no preâmbulo assinar o contrato.

15.3. - E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, assinado digitalmente e incluso no processo de contrato CMC-ADM-2023/00112.\_\_\_\_, vinculado e criado a partir do processo administrativo CMC-ADM-2023/00112.

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
**Luiz Carlos Rossini**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2) \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670

15



Assinado com senha por PATRICIA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA e JOAO MARCOS DE CASTRO MENDES.  
Documento Nº: 252631-7185 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=252631-7185>



CMCMIN202300137

**SIGA**



CMCICY202300066



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>

**SIGA**



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /  
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

**ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÕES**

**Processo CMC-ADM-2023/00112**

Pregão Eletrônico nº 20/2023

EU \_\_\_\_\_ (nome completo), representante  
legal da \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa  
jurídica), participante do **PREGÃO ELETRÔNICO** \_\_\_\_\_ realizado pela Câmara  
Municipal de Campinas, **DECLARO** sob as penas da lei:

- a) **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- b) **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar comprovação documental de que o LICITANTE está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- c) **Que não possuímos em nossos quadros administrador ou sócio com poder de direção que possua vínculo de parentesco, até o terceiro grau inclusive, com agente político ou Vereador de Campinas, ou ainda com servidor público de setor da Câmara Municipal de Campinas envolvido diretamente com o processo licitatório, ou com capacidade de nele influir.**

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP  
PABX: (19) 3736-1300 - [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.  
Documento Nº: 255484-4648 - consulta à autenticidade em  
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=255484-4648>



CMC/CV202300066

**SIGA**